

O Mercado de
Trabalho no DF entre
1992 e 2011

Síntese dos 20 anos da
Pesquisa de Emprego e
Desemprego no DF

Brasília- dezembro de 2011

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

IBRASC
Instituto Brasileiro de
Estudos da Economia
Regional

 **CORECON DF**
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

SETRAB
Secretaria de Estado
do Trabalho

SEPLAN
Secretaria de Estado
de Planejamento e
Orçamento


GDF

INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED/DF completa 20 anos no mês de novembro de 2011. Há duas décadas, a Codeplan iniciava estudos técnicos para definir qual metodologia de pesquisa do mercado de trabalho seria mais adequada à realidade socioeconômica do Distrito Federal, que pudesse satisfazer às demandas de governo em relação às informações e indicadores e que viessem subsidiar a formulação de políticas econômicas de ocupação, emprego e renda no âmbito do governo local.

Nesta mesma época, a Fundação SEADE e o DIEESE conduziam, em parceria com os governos locais, as Pesquisas de Emprego e Desemprego em São Paulo, desde 1985, e em Porto Alegre, desde 1991. A metodologia dessa pesquisa tinha sido desenvolvida com a preocupação de identificar as características de mercados de trabalho de regiões em desenvolvimento e, em especial no Brasil, que naquele momento estavam atravessando fortes mudanças socioeconômicas em razão de choques externos e baixo crescimento econômico.

Nesse contexto, a Pesquisa de Emprego e Desemprego foi a escolhida pelo GDF, por adotar conceitos e metodologia mais adequados à realidade de países como o Brasil, onde a inserção da população ativa no mercado de trabalho é marcada por grande heterogeneidade. De fato, ao contrário de outras metodologias deste tipo, a PED capta formas de desemprego tais como o desemprego oculto, pelo trabalho precário e pelo desalento, permitindo avaliações mais fidedignas da situação de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

O passo seguinte, dado naquele mesmo ano, foi o de ajustar a metodologia da PED para sua implantação no Distrito Federal, bem como o mapeamento e a listagem dos domicílios existentes e a classificação das regiões administrativas segundo o perfil econômico de sua população. Este último procedimento permitiu a agregação dessas regiões em três grupos de renda: Grupo 1, maior renda média; Grupo 2, renda intermediária; e Grupo 3, renda mais baixa, respeitados os coeficientes de consistência estatística para desagregação dos resultados. A Codeplan contratou naquela época consultoria especializada para esse fim.

A implantação da pesquisa se deu mediante convênio da Secretaria de Trabalho – STB/GDF e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A Codeplan foi contratada pela Secretaria de Trabalho para realizar a pesquisa e divulgou seu primeiro resultado em fevereiro de 1992. Com a implantação da PED no Distrito Federal a pesquisa passou a ser realizada em três unidades federativas (São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), salientando que em São Paulo e Porto Alegre a implantação da pesquisa abrangeu sua respectiva área metropolitana. Os primeiros resultados da PED/DF indicavam que o Distrito Federal apresentava a taxa de desemprego mais alta, comparativamente às outras regiões metropolitanas onde a PED era calculada.

Posteriormente, foi implantada em Curitiba (em 1994 e interrompida em 1997); Belo Horizonte (1995); Salvador (1996); Recife (1997) e Fortaleza (2008).

Ao longo desses 20 anos, a PED/DF acumulou uma série estatística que compreende mais de um terço da história de Brasília. Neste período, a PED conquistou credibilidade perante a população, pela qualificação do seu corpo técnico, pelo rigor dos critérios metodológicos, adotados e reconhecidos por organismos científicos nacionais e internacionais, pela continuidade do levantamento sistemático do mercado de trabalho. Além disso, a PED oferece um conjunto de informações técnicas de

acompanhamento da dinâmica do mercado de trabalho, além do uso como fonte de várias informações estatísticas subsidiárias para trabalhos científicos, para formulação de políticas públicas, notadamente de inclusão social e produtiva, e para a sociedade interessada, em geral.

São vários os usuários das informações originárias da PED/DF, podendo ser citadas a própria Secretária de Trabalho (órgão do governo local e contratante da Pesquisa), o Tribunal de Contas da União, que demanda informações para subsidiar a avaliação da gestão de governo; a Secretaria de Governo; a Secretaria de Saúde; a Secretaria de Educação; a Secretaria de Desenvolvimento Social; a Secretaria de Transportes; a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; a Federação das Indústrias do Distrito Federal; a Federação do Comércio; o Corecon-DF e o IBRASE, assim como as instituições de ensino e pesquisa.

Através do DIEESE, as informações da PED/DF são disponibilizadas ao público sindical, que se baseia nestes dados para a definição de ações sindicais em defesa dos interesses dos trabalhadores de Brasília.

Deve-se salientar que a PED/DF compõe o Sistema PED, junto com as pesquisas realizadas em outras seis regiões metropolitanas, e faz parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, contribuindo na função de prover informações para a formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas nacionais e estaduais de emprego. Outro usuário importante desta pesquisa é o próprio Governo Federal, por meio principalmente do Ministério do Trabalho e Emprego. Enfim, os inúmeros usuários encontram na PED/DF informações demográficas, de trabalho, emprego e renda, caracterização social e econômica das regiões administrativas, caracterização educacional da população, entre outros dados de grande relevância.

A PED/DF tem sua área de abrangência limitada ao Distrito Federal. No entanto, nas últimas duas décadas houve um forte crescimento da população residente nos municípios vizinhos do Estado de Goiás. Isto conformou um mercado de trabalho fortemente integrado em uma região que vai além dos limites distritais. Portanto, atualmente, um dos desafios para a compreensão da dinâmica do emprego e desemprego é considerar as pressões de oferta e de demanda por trabalho que se originam desta “região metropolitana” (o chamado Entorno Metropolitano de Brasília) e que se dirige ao Distrito Federal.

Para responder a este quadro de um mercado de trabalho metropolitano, ao longo das duas décadas foram despendidos esforços para expandir a pesquisa, sem se lograr êxito. Questões de ordem orçamentárias e institucionais, por envolver um arranjo entre governos de duas unidades federativas, estiveram entre os motivos e dificuldades para a concretização de projetos de ampliação da pesquisa. Portanto, este desafio continua exigindo uma resposta adequada.

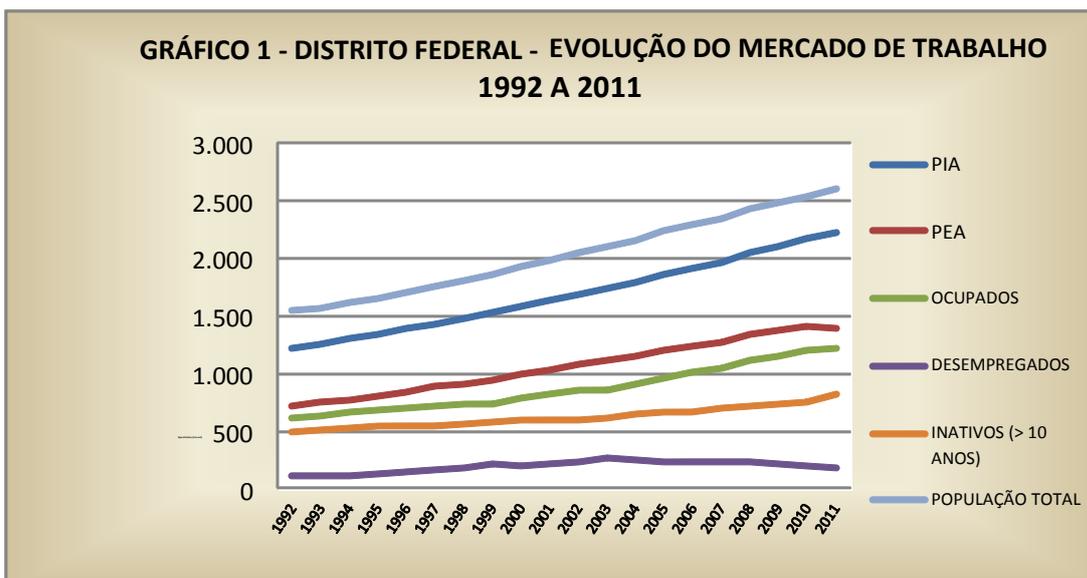
Esse texto, redigido em comemoração aos 20 anos de implantação da PED/DF, aborda diversos temas: a evolução do mercado de trabalho ao longo de 20 anos, representado por indicadores de ocupação segundo uma série de características descritivas da estrutura de oferta de trabalho; o contingente e o perfil dos desempregados e a dinâmica de renda do pessoal ocupado. Com esses resultados, aponta-se a necessidade dos formuladores de políticas públicas de implementar e/ou reforçar medidas que induzam a geração de emprego e renda e a diminuição das desigualdades de oportunidade de acesso a postos de trabalho, tornando mais justo o mercado de trabalho.

1. DADOS GERAIS

Conquanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego tenha sua abrangência limitada ao DF urbano, a pesquisa não perdeu sua importância como fonte de informação e como mecanismo de acompanhamento da dinâmica do mercado de trabalho local, permitindo, principalmente, conhecer o perfil da população em idade ativa, dos ocupados, dos desempregados e dos padrões de rendimento, informações de extrema relevância para as políticas públicas, notadamente de inclusão social e produtiva.

A simples observação dos dados da pesquisa ao longo desses 20 anos permite verificar a trajetória ascendente do nível ocupacional. O crescimento sistemático da ocupação no DF revela o perfil do segmento produtivo local de gerador de empregos diretos e indiretos, o qual em algumas situações contrariou tendências negativas decorrentes das crises nacionais e mundiais de origem econômica.

Por outro lado, o acentuado crescimento demográfico do Distrito Federal concorreu com a geração de empregos e ocupações (Gráfico 1). A População em Idade Ativa aumentou em mais de 1 milhão de habitantes e a População Economicamente Ativa em cerca de 675 mil pessoas, isso sem contar a participação da população residente em municípios adjacentes ao DF. A taxa de participação, que em 1992 era de 59,7%, alcança média de 65% em 2011, revelando bom momento por qual passa o mercado de trabalho local, dado que a taxa de desemprego também se mostra inferior à 1992, 15,3%, contra 12,9%, 2011 (Tabela 1 - Anexo).



Nas próximas seções serão analisados os principais indicadores gerados pela PED/DF, em sua evolução nestas duas décadas.

2. ANÁLISE INTRA TEMPORAL

Três períodos distintos podem ser identificados a partir da análise evolutiva do mercado de trabalho no Distrito Federal nos últimos 20 anos. O primeiro, de 1992 a 1996; o segundo, de 1997 a 2003 e o terceiro, de 2004 a 2010, estes guardam forte correlação com o desempenho geral da economia brasileira.

O período compreendido entre 1992 e 1996 abrange uma fase de comportamento relativamente ambíguo do mercado de trabalho, com bom nível de geração de postos de trabalho - não obstante a persistência da taxa de desemprego em torno de 15% até 1995 -, aumentando para 17% em 1996, mas, em compensação, apresenta robusta evolução do rendimento médio da população ocupada. Deve-se ressaltar que 1992 (-0,8%) marcou o terceiro ano de queda consecutiva do PIB brasileiro, quando houve crise econômica e política, com o impeachment do Presidente Fernando Collor e que nos quatro anos seguintes ocorreu sensível recuperação da economia, sob o impulso do Plano Real (1994), com crescimento médio do PIB de 4,25% ao ano.

O período seguinte, de 1997 a 2003, caracterizou-se pelo agravamento nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, com baixo nível de geração de empregos, forte elevação da taxa de desemprego e acentuada queda no rendimento médio da população ocupada. Não por acaso, reflexo do quadro econômico nacional, pois no período, o crescimento médio anual do PIB foi de apenas 1,96%.

Entre 2004 e 2010, período de franca recuperação do mercado de trabalho, com acelerado ritmo de geração de emprego, queda de 10 pontos percentuais na taxa de desemprego e contínua recuperação do rendimento médio da população ocupada, refletindo o bom momento vivido pela economia, quando o PIB no período cresceu 4,53% na média anual.

Por fim, em 2011, observou-se uma nítida tendência de inflexão desse panorama positivo, com reduzida geração de emprego e queda expressiva do rendimento médio, reflexo da forte contração do crescimento econômico do país, cujo PIB, segundo estimativas de diferentes instituições, deverá ser pouco superior a 3%. Os dados de 2011 referem-se ao período janeiro/setembro.

Deve-se lembrar, ainda, que os dados da PED/DF, diferentemente do apurado nas demais regiões metropolitanas, referem-se apenas a situação do mercado de trabalho do Distrito Federal, excluindo os municípios que compõem a periferia metropolitana de Brasília, o Entorno Metropolitano.

3. NÍVEL OCUPACIONAL

A atividade econômica no Distrito Federal está voltada essencialmente para o Setor Serviços, fato confirmado pelo contingente de ocupados, apresentado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada desde 1992. A atividade agropecuária é irrisória, não chega a 1% do PIB/DF e está incluída nos resultados da pesquisa em “Outros Setores”. A indústria é pouco expressiva, absorvendo 9,2% do total de ocupados e representando menos de 7% do PIB/DF.

A Indústria de Transformação é um setor que não apresenta crescimento regular anual em termos de ocupação, decrescendo em 1993, 1998 e 2000. Em 2008, volta a apresentar desempenho positivo, com acréscimo de 6 mil postos de trabalho ao ano, resultado da expansão da indústria no DF. Em 2011 o setor é responsável por apenas

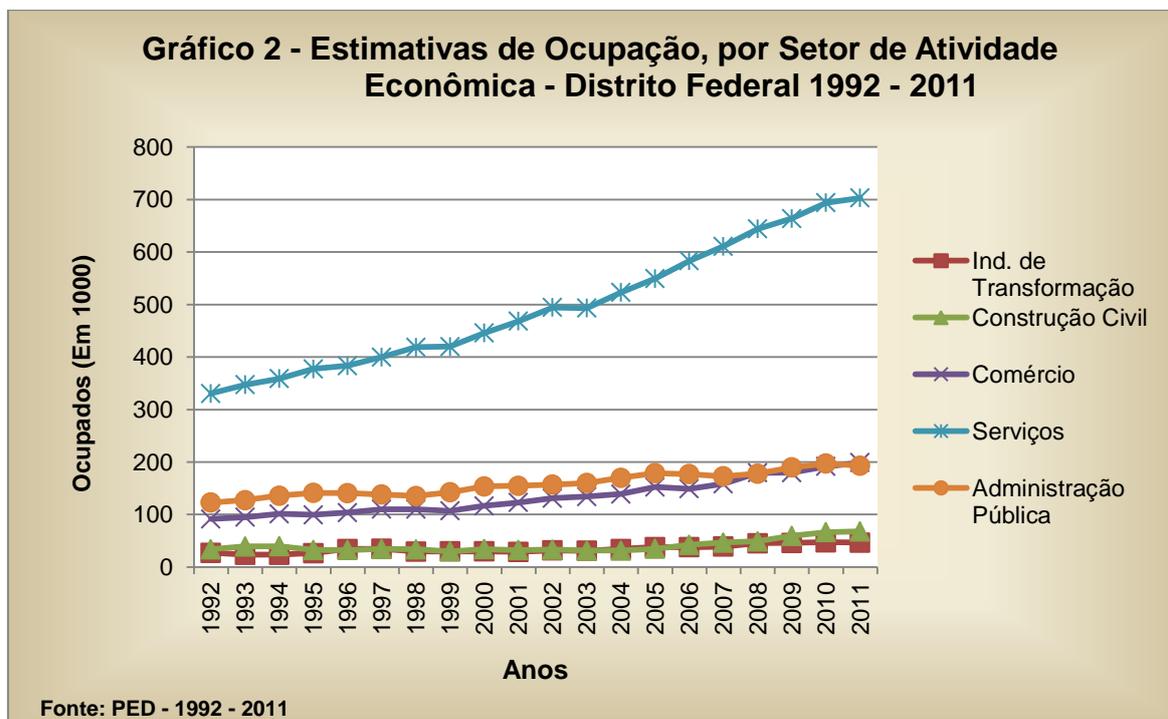
3,8% dos postos de trabalho, e vem perdendo peso uma vez que em 1992 absorvia 4,4%.

A Construção Civil, embora tenha sido bastante expressiva nas décadas de 1960 e 1970, perde importância na década de 1990, recuperando-se a partir de 2007, sendo que em 2009 foram gerados 12 mil postos de trabalho, melhor saldo da série histórica da PED/1992-2011. Deve-se observar que com a criação das 11 regiões administrativas no Distrito Federal a partir de 2003 surgiram novas construções nas áreas urbanas, destinadas a moradias. Confirmando estes dados, a população de Águas Claras cresceu no período 2004-2010 a uma Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual - TMGCA de 20,8%, e Riacho Fundo II, 12,2%, segundo informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2011, realizada pela Codeplan.

O Comércio é um setor que mostrou desempenho expressivo no período analisado, dobrando o número de empregos, crescendo também a sua importância na composição da atividade econômica do DF, passando de 14,9% em 1992 para 16,3% em 2011.

O Setor Serviços (exclusive a Administração Pública), o mais expressivo no DF, conforme já citado, é também o que mostrou o maior crescimento nos 20 anos da PED, mais do dobro do número de empregos, passando de 331 mil para 703 mil. Durante todo o período houve acréscimo contínuo na geração dos postos de trabalho, embora, em termos de composição tenha subido apenas 3,8 pontos percentuais.

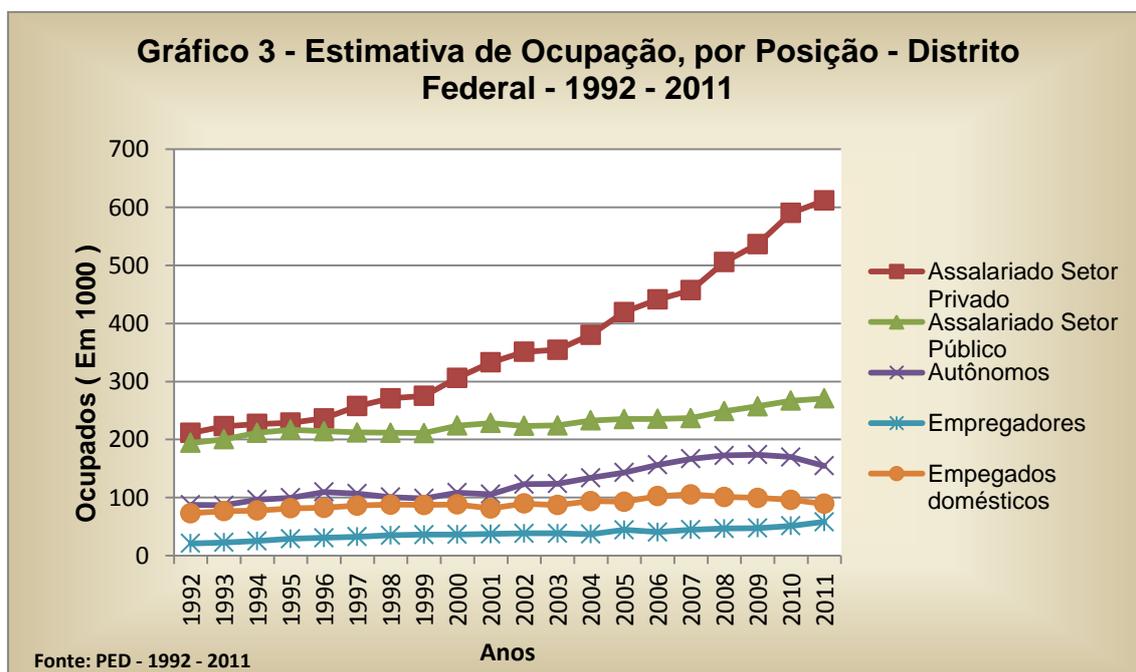
A Administração Pública, por sua vez, apresenta crescimento, embora menos expressivo e não contínuo, dado que em alguns anos observa-se decréscimo no contingente de funcionários, reflexo das políticas governamentais restritivas. Nos 20 anos analisados a Administração Pública perdeu 4,2 pontos percentuais no contingente de ocupados (Tabela 2 - Anexo e Gráfico 2).



Observando a evolução da ocupação do Setor Serviços, segundo os ramos de atividade, o melhor desempenho coube aos serviços auxiliares que passaram de 9 mil para 66 mil postos de trabalho. O maior número de trabalhadores é absorvido por outros serviços que incluem “serviços de comunicação; diversões, radiodifusão e teledifusão; serviços comunitários; comércio e administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços de utilidade pública; serviços pessoais; e outros serviços”, que triplicou o número de postos de trabalho, no período em tela.

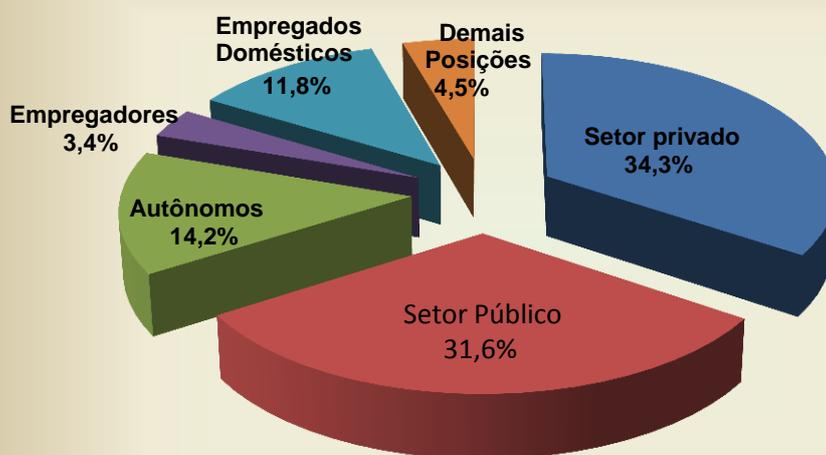
Os ramos de serviços especializados e de alimentação, embora não sejam tão expressivos, ocuparam o segundo e terceiro postos em termos de crescimento no período, cerca de 200%. Por sua vez, os ramos de “oficina mecânica”, “reparação, limpeza e vigilância”, “ transporte e armazenagem”, “serviços creditícios”, “educação” e “serviços domésticos”, embora tenham apresentado desempenho positivo na geração de empregos, perderam peso na composição da ocupação do Setor Serviços nos 20 anos da PED.

No tocante à posição na ocupação, o contingente de assalariados do setor privado cresceu significativamente (190%) e de forma gradual no período analisado, enquanto a variação do setor público foi de apenas 39,7%. Os dados mostram também forte crescimento do número de empregadores, 176,2%, o que pode ser reflexo da abertura de micro e pequenas empresas, embora a sua participação no total dos ocupados seja atualmente de apenas 4,8%. A participação dos serviços domésticos decresceram nos vinte anos da pesquisa, passando de 22,0% em 1992 para 12,7% em 2011 (Tabelas 3 e 4 - Anexo).



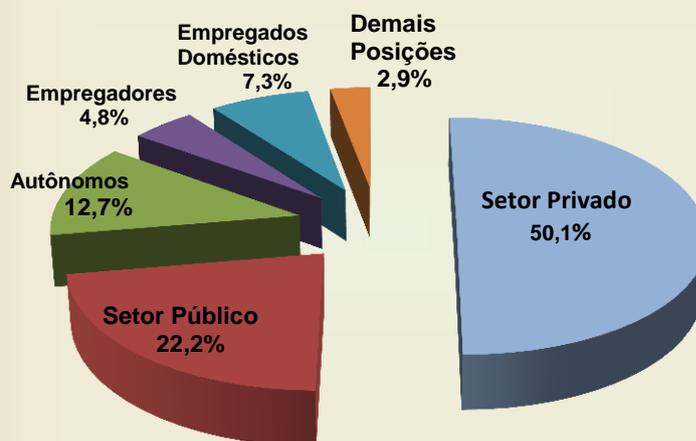
Analisando o período entre 1992 e 2011, observa-se que o mercado de trabalho no Distrito Federal apresentou mudanças substanciais nesses 20 anos, com redução da participação do setor público e crescimento do setor privado, essencialmente dos assalariados, conforme Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 - Estimativas de Ocupação, por Posição na Ocupação - Distrito Federal - 1992



Fonte : PED - 1992

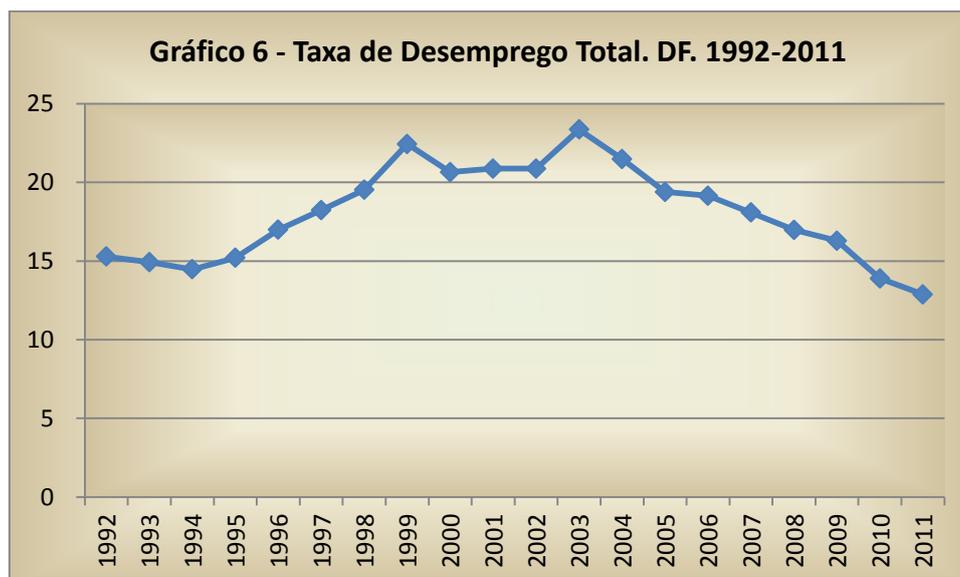
Gráfico 5 - Estimativas de Ocupação, por Posição na Ocupação - Distrito Federal - 2011



Fonte: PED - 1992 - 2011

4 - TAXA DE DESEMPREGO

A evolução da Taxa de Desemprego Total no Distrito Federal entre 1992 e 2011 pode ser dividida em três momentos. O primeiro é caracterizado pela elevação da taxa de desemprego durante os anos de 1994 a 1999, ainda que acompanhado de forte geração de postos de trabalho. Neste período, os extremos temporais representam a criação do Plano Real e a crise internacional que levou à forte desvalorização da moeda nacional. A taxa de desemprego em 1994 foi de 14,5%, passando a 22,4%, em 1999 (Gráfico 6).



O segundo período cobre os anos de 2000 a 2003, nos quais é possível identificar a alta volatilidade da taxa de desemprego, com o agravamento generalizado do mercado de trabalho, culminando na maior taxa de desemprego anual registrada pela PED/DF em 2003 (23,4%).

O período de 2004 a 2011, por fim, é marcado pela aceleração da criação de empregos e a recuperação do rendimento médio da população ocupada. A taxa de desemprego apresentou queda gradual até 2011, chegando aos 12,9%, menor taxa de desemprego anual registrada pela série histórica da PED/DF.

Embora a evolução do desemprego tenha seguido períodos relativamente esquemáticos, conforme descrito acima, a inserção da população no mercado de trabalho e a exposição ao desemprego são diferentes segundo o perfil dos indivíduos. A seguir, são apresentadas a distribuição da ocupação e do desemprego segundo o perfil dessas populações com o objetivo de descrever a estrutura de oferta de trabalho, em complemento à reprodução das desigualdades de acesso ao trabalho.

A participação da mulher no mercado de trabalho e o desemprego: O aumento na participação das mulheres na força de trabalho pode ser observado no Distrito Federal ao longo dos últimos 20 anos. Em 1992, as mulheres compunham 43,4% dos ocupados, enquanto que em 2011, a participação aumentou para 46,9%, evidência de que a sociedade tem se transformado positivamente ao incorporar mais mulheres em atividades fora do ambiente doméstico.

Embora tenha havido aumento de participação na ocupação, mantiveram o hiato salarial entre homens e mulheres. Ao longo do período analisado, as mulheres apresentaram salário médio aproximadamente 30% menor em relação ao recebido pelos homens. A explicação deste hiato é a seletividade da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Se por um lado as mulheres estão se inserindo mais no mercado de trabalho; por outro, as ocupações obtidas são tipicamente de trabalho não-manual de rotina nos setores de serviço e comércio, que remuneram abaixo da média oferecida pelo conjunto de ocupações no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego das mulheres foi maior que a taxa identificada para os homens ao longo de todo o período analisado. Em 1992, a taxa de desemprego das mulheres, de 17,4%, 3,8 pontos percentuais maior em relação aos homens. Em 2011, essa taxa era de 15,7%, 5,5 pontos percentuais maior. De acordo com a evolução recente da taxa de desemprego, esta diferença tende a se manter estável (Tabela 5 - Anexo).

Portanto, embora tenha havido aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a inserção é seletiva em ocupações que remuneram abaixo da média do mercado de trabalho e há maior dificuldade para a conquista de uma ocupação (desemprego).

A estrutura etária do mercado de trabalho do DF: A distribuição da estrutura estaria mostra uma predominância de trabalhadores de 25 anos e mais de idade. Em 1992, esses trabalhadores totalizavam 71,7% dos ocupados, em 2011, 82,2%. Esse aumento foi responsável pela maior inserção de trabalhadores de 40 anos e mais que passou de 26,7% dos ocupados em 1992, para 39,1%, em 2011. Além de fatores demográficos, há que se considerar também a expansão dos serviços de educação e a melhoria da renda das famílias, que reduz a pressão para o ingresso de jovens no mercado de trabalho. Contudo, o mercado de trabalho está robusto o suficiente para absorver trabalhadores com mais experiência, contrariando a tendência à desvalorização desses trabalhadores nessa faixa etária.

O desemprego é maior para a população mais jovem (de 10 a 24 anos), que apresenta menor qualificação e experiência para galgar postos no mercado de trabalho. Também, por esse motivo, os jovens estão mais suscetíveis aos efeitos negativos do mercado de trabalho, com taxas de desemprego mais sensíveis aos ciclos econômicos, em comparação com os trabalhadores de 25 anos ou mais (Tabela 5).

Com isso, a taxa de desemprego está concentrada nas faixas etárias mais jovens. Em 1992, a taxa de desemprego dos trabalhadores entre 17 e 24 anos foi de 23,5% e em 2011 manteve-se praticamente inalterada, 23,4%. O aumento ocorreu principalmente pelo desemprego registrado entre os jovens de 10 a 17 anos, que aumentou de 36,0% em 1992, para 61,8% em 2011. A explicação para esse aumento foi, por um lado, pela maior inserção dos trabalhadores adultos, aumentando o peso relativo do desemprego dos jovens, e por outro, a falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens (Tabela 5 - Anexo).

Emprego e desemprego e a posição na estrutura domiciliar: A posição no domicílio indica, grosso modo, a posição dos indivíduos na estrutura familiar. Entre as tantas responsabilidades do chefe do domicílio, destaca-se a de principal provedor. As condições de inserção dos chefes do domicílio no mercado de trabalho é um indicador da qualidade de vida, não apenas do chefe, mas também dos demais componentes do domicílio, que compartilham do rendimento.

O percentual dos chefes de domicílio ocupados no Distrito Federal estabilizou-se em 46,6% ao longo do período de 1992 a 2011. Já a taxa de desemprego foi decrescente de 7,8% em 1992, para 5,2% em 2011. Para os demais membros do domicílio, a taxa de desemprego oscilou de 20,7% em 1992, para 18,5% em 2011. As mulheres e os jovens, perfis mais expostos ao desemprego, apresentam maior taxa de desemprego entre os demais membros do domicílio (Tabela 5 - Anexo).

Portanto, a redução da taxa de desemprego observado para os chefes de domicílio e os demais membros acompanhou a queda geral da taxa, visto que a distribuição relativa da composição domiciliar não se alterou.

O desemprego e a questão racial: A população negra ocupada do DF aumentou progressivamente ao longo do período analisado.¹ Atualmente o mercado de trabalho do Distrito Federal é majoritariamente ocupado por trabalhadores negros. No entanto, possuem inserção desvantajosa no mercado de trabalho em relação aos não-negros. Entre os fatores relacionados, estão a escolaridade, a qualificação profissional, entre outros.

Observou-se maior taxa de desemprego dos negros em relação aos não-negros. Em 1992, os negros apresentaram taxa de desemprego de 18,0%, enquanto os não-negros, 13,4%. Em 2011, os negros apresentaram taxa de desemprego de 13,5%, enquanto os não-negros, de 11,5% (Tabela 5 - Anexo).

Em 2011, no entanto, a taxa de desemprego em setembro praticamente não indicou diferença por raça/cor, seguindo a tendência seguida desde 2010, de aproximação dessa taxa segundo raça/cor. Esse resultado atesta a maior capacidade de alocação dos negros no mercado de trabalho. A possível explicação para a queda na taxa de desemprego dos negros está no aumento do número de ocupações em setores que empregam trabalhadores com menor escolaridade como, por exemplo, o setor de Construção Civil (Tabela 5 - Anexo).

A série de dados indica desvantagem dos negros, em relação aos não-negros, no mercado de trabalho, com taxa de desemprego mais elevada. No entanto, a taxa de desemprego de setembro por raça/cor, seguindo uma tendência de convergência, praticamente não apontou diferença. O mercado de trabalho do Distrito Federal, neste último momento, não indica desvantagem dos negros, em relação aos não-negros, no que diz respeito à taxa de desemprego agregada.

A região de residência: A população do Distrito Federal está alocada, segundo a metodologia utilizada pela PED/DF, em três grupos de regiões administrativas (RAs) definidas por meio da média de renda domiciliar: o grupo 1 possui renda alta, o grupo 2, renda intermediária e o grupo 3, renda baixa.²

Ao longo do período analisado, houve aumento dos ocupados que residem no grupo 3. Em 1992, havia 32,4% dos ocupados residindo nas RAs do grupo mais pobre, em 2011, 46,9%, em virtude do maior crescimento populacional nessas regiões. Este

¹ Segundo a metodologia do Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego, negro é a categoria que agrega indivíduos da raça/cor preta e parda. O não-negro, indivíduos da raça/cor branca e amarela.

² A área de cobertura da PED/DF tem como unidade amostral o domicílio das áreas urbanas das 19 Regiões Administrativas do Distrito Federal. As informações obtidas são agrupadas da seguinte forma: **Grupo 1** - Brasília, Lago Sul e Lago Norte (Grupo de renda mais alta); **Grupo 2** - Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo (Grupo de renda intermediária); e, **Grupo 3** - Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas. (Grupo de renda mais baixa).

aumento aponta para a maior procura da população às RAs mais distantes em relação à RA Brasília, Lago Norte e Lago Sul (RAs de renda média domiciliar elevada) e demais RAs com renda média intermediária. Dessa forma, nos grupos 1 e 2, houve diminuição relativa dos trabalhadores ocupados no Distrito Federal.

O desemprego também segue um padrão de espraiamento concêntrico, focado principalmente nos distritos mais afastados do centro econômico do Distrito Federal. No grupo 3, em 2011, a taxa de desemprego foi de 16,0%; no grupo 2, 10,4% e no grupo 1, 7,2%. E esta distribuição do desemprego é observada desde o início da série histórica da PED/DF. O argumento que explica esse padrão de espraiamento concêntrico da população e da taxa de desemprego é o custo de vida mais baixo das RAs fora do centro econômico e, naturalmente, o fator renda (Tabela 5 - Anexo).

Embora a desigualdade na taxa de desemprego tenha reduzido ao longo do período analisado no Distrito Federal, a diferença ainda é grande entre os grupos. Destaque para o grupo 3, que concentra os trabalhadores e a maior taxa de desemprego.

5. RENDIMENTO MÉDIO REAL DO PESSOAL OCUPADO

A Tabela 6 (Anexo) apresenta a evolução do rendimento médio real no trabalho principal do pessoal ocupado no período. Observa-se que o rendimento de R\$ 1.929,00 em 1992 subiu 14,7% até 1996 (R\$ 2.213). A partir de então, apresentou uma forte redução de 22,9% até 2003 (R\$ 1.706), tendência que se manteve inclusive em 2004, quando caiu mais 2,9% (R\$ 1.656). A partir de então, subiu continuamente até 2009, quando alcançou R\$ 2.064, alta de 24,6% em relação à 2004. Em 2010, houve uma leve retração no rendimento (-1,2%), que se manteve inalterado em 2011 (R\$ 2.041). Observa-se que, para a totalidade do pessoal ocupado, após períodos de aumento e retração do rendimento médio, o valor deste, em 2011, será apenas 5,8% superior ao valor verificado em 1992 (R\$ 1.929).

A Tabela 7 (Anexo) apresenta os dados de rendimento médio de forma desagregada, segundo a posição na ocupação. Inicialmente, podem ser identificados três grandes grupos, conforme o tamanho da renda: assalariados do setor público e empregadores (patamar superior); assalariados do setor privado, com e sem carteira de trabalho e autônomos (patamar intermediário), e empregados domésticos (patamar inferior).

Os assalariados do setor público, que formam um contingente expressivo do pessoal ocupado (22,2%), ostentam o maior rendimento médio, superior (17,1%) inclusive ao dos empregadores. Em relação aos demais segmentos, a diferença é excepcional: autônomos (297,3%), assalariados do setor privado com carteira (310,7%), assalariados do setor privado sem carteira (334,8%) e empregados domésticos (630,0%).

Os assalariados do setor público, além de apresentarem rendimento médio mais elevado, obtiveram ao longo dos últimos 20 anos uma forte elevação em seus rendimentos, da ordem de 44,1%. Apenas os empregados domésticos e os assalariados do setor privado sem carteira de trabalho apresentaram maior variação, com 64,2% e 62,6%, respectivamente. Já os autônomos apresentaram uma pequena elevação (8,1%), assim como os empregadores (3,9%), ao passo que os assalariados do setor privado com carteira de trabalho apresentaram forte queda no rendimento médio (13,9%).

Destacam-se alguns aspectos importantes. A distância entre o rendimento médio dos assalariados do setor privado com carteira de trabalho em relação aos sem carteira vem diminuindo progressivamente. Se em 1993 o rendimento dos com carteira superava o dos sem carteira, em exatos 100%, no final da década a superioridade havia caído para pouco menos de 50% e, em 2009, situava-se em 30%. Nos dois últimos anos, contudo, a diferença caiu para cerca de 6%, praticamente igualando aos rendimentos dos dois segmentos.

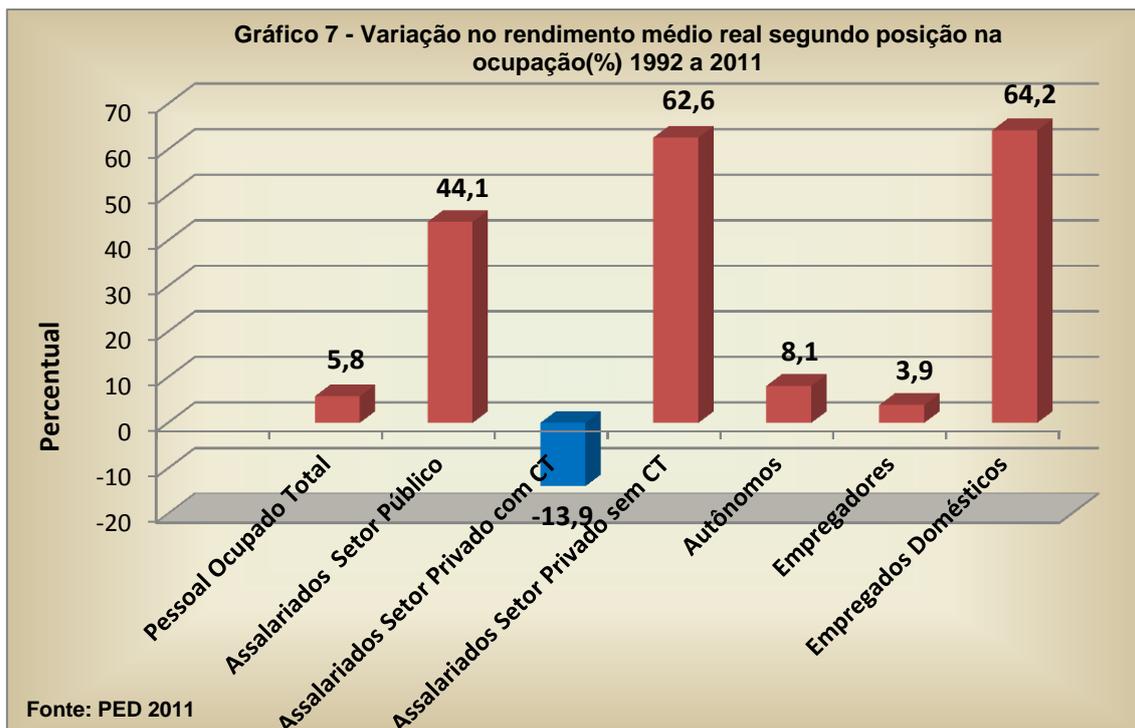
Já o Quadro 1 (Anexo) e o Gráfico 7 apresentam evolução segundo os períodos considerados no estudo. Observa-se forte incremento no rendimento dos assalariados do setor público no período de 2003 a 2010, nada menos que 51,1%, superando inclusive o dos empregados domésticos no mesmo período. Há que se destacar também a tímida recuperação no rendimento dos assalariados do setor privado com carteira de trabalho neste mesmo período (9,1%), insuficiente para neutralizar a forte retração verificada no período imediatamente anterior (1996 a 2003), que foi de (-25,2%).

Quadro 1 - Variação no rendimento médio real segundo posição na ocupação Distrito Federal - 1992-2011

(em %)

Segmentos segundo a posição na ocupação	1992 a 1996	1996 a 2003	2003 a 2010	2010 a 2011	1992 a 2011
Pessoal Ocupado Total	14,7	- 22,9	19,5	0,1	5,8
Assalariados do Setor Público	11,5	- 12,5	51,1	- 2,2	44,1
Assalariados do Setor Privado com CT	5,6	- 25,2	9,1	- 0,1	- 13,9
Assalariados do Setor Privado sem CT	25,4	4,0	24,3	0,3	62,6
Autônomos	18,5	- 31,0	16,5	13,5	8,1
Empregadores	42,7	- 31,8	12,5	5,1	3,9
Empregados Domésticos	6,9	- 1,6	43,6	8,8	64,2

Fonte: PED/DF – vários anos



A Tabela 8 (Anexo) apresenta a evolução do rendimento médio segundo os setores de atividade. Observa-se que os ocupados na Administração Pública apresentaram a maior evolução ao longo dos 20 anos, da ordem de 18,3%, seguidos dos ocupados no comércio (16,9%) e nos serviços (9,5%). Os ocupados em outros setores apresentaram aumento real de 6,8% em seus rendimentos médios entre 1992 e 2011.

Em relação ao rendimento médio segundo o sexo, a Tabela 9 (Anexo) revela que os ganhos de homens em 2011 superam em 37,4% os das mulheres. Ocorre que desde 1992, enquanto o rendimento dos homens subiu apenas 4,4%, o das mulheres teve elevação de 11,3%. Dessa forma, a diferença vem caindo continuamente, sendo que em 1992 era de 48,0% e atingiu o ápice em 1995 (55,7%).

Já a Tabela 10 (Anexo) apresenta o rendimento médio segundo raça ou cor. Observa-se uma reduzida diminuição da diferença entre rendimento da população negra (incluindo pardos e mulatos) em relação à população não negra (brancos e amarelos). Enquanto em 1992 a população negra ocupada obtinha rendimento médio equivalente a 61,7% do rendimento médio da população ocupada não-negra, em 2011 esta relação evoluiu para 64,4%, ou seja, um aumento de apenas 2,7 pontos percentuais em 19 anos. Mantido o atual ritmo de redução da diferença, a população ocupada negra no Distrito Federal alcançaria o nível de rendimento da população ocupada não negra em 195 anos, ou seja, no ano 2206.

Quanto ao rendimento médio segundo os percentis, apresentados na Tabela 11 (Anexo), observa-se que os ganhos médios dos 10% mais ricos (R\$ 8.699) correspondiam a cerca de 28,4 vezes os ganhos médios dos 10% mais pobres (R\$ 306). Esta diferença já foi mais acentuada, pois em 1992 era de 66,7 vezes, visto que os 10% mais ricos tiveram um aumento real de 3,4% (R\$ 8.409 para R\$ 8.699) ao passo que os 10% mais pobres tiveram aumento real de 142,9% no período (R\$ 126 para R\$ 306). Entre os 10% mais pobres, há de se destacar o excepcional aumento do rendimento ocorrido entre 2009 e 2011, 43,7%.

Considerando-se os quartis, as trajetórias são menos acentuadas. O quartil inferior (25% mais pobres) teve aumento em seu rendimento médio de 74,0%, entre 1992 e 2011 (de R\$ 265 para R\$ 461), enquanto o quartil seguinte experimentou aumento bem inferior, de 11,8% (R\$ 679 para R\$ R\$ 759). Já o segundo quartil apresentou variação negativa (-2,5%) do rendimento médio (de R\$ 1.420 para R\$ 1.384) ao passo que o quartil superior teve aumento de 5,2% (R\$ 5.205 para R\$ 5.474).

Por fim, em relação a massa de rendimentos do pessoal ocupado, o **Quadro 2** apresenta a evolução da massa de rendimentos anuais segundo posição na ocupação. Pode-se observar que a massa de rendimentos do trabalho aumentou 122,7%, entre 1992 e 2011, essencialmente em razão do aumento do pessoal ocupado e muito pouco em função da elevação do rendimento médio.

**Quadro 2 - Evolução da massa de rendimentos segundo posição na ocupação
Distrito Federal - 1992-2003-2011**

(em números absolutos)

Segmentos segundo a posição na ocupação	1992		2003		2011	
	PO (mil)	MR (R\$³)	PO (mil)	MR (R\$³)	PO (mil)	MR (R\$³)
Total	615	15.461	858	19.482	1.220	34.426
Assalariados do Setor Público	194	8.559	224	9.639	271	17.231
Assalariados do Setor Privado com CT	165	2.969	282	4.007	515	7.974
Assalariados do Setor Privado sem CT	46	413	73	857	96	1.404
Autônomos	88	1.303	124	1.501	155	2.480
Empregadores	21	1.097	38	1.933	58	3.148
Empregados Domésticos	73	387	87	485	89	775
Demais posições	27	733	30	1.060	36	1.414

Fonte: PED/DF – Vários anos.

Nota: PO - Pessoal Ocupado / RM - Rendimento Médio Mensal / MR – Massa de Rendimento Anual (13 meses)

O Quadro 3 e o Gráfico 8 apresentam a distribuição percentual da massa de rendimentos do trabalho segundo a posição na ocupação. Os assalariados do setor público respondem por pouco mais de 50% do total, melhorando sua posição relativa em relação a 2003, 5 pontos percentuais abaixo do nível verificado em 1992.

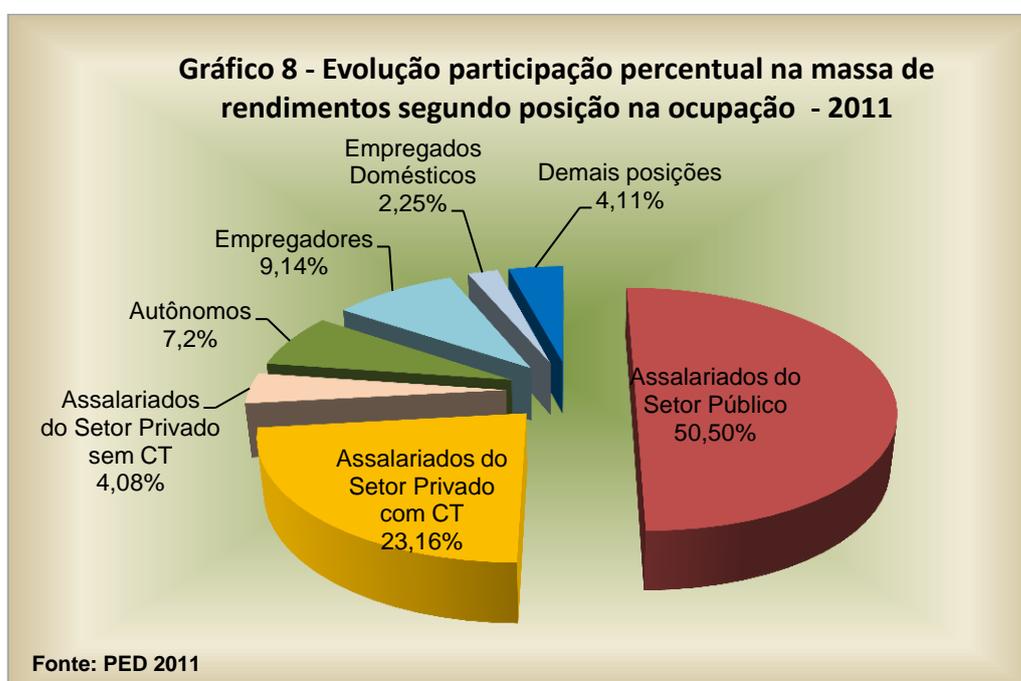
Quadro 3 - Evolução participação percentual na massa de rendimentos segundo posição na ocupação - Distrito Federal - 1992-2003-2011

(em %)

Segmentos segundo a posição na ocupação	1992	2003	2011
Pessoal Ocupado Total	100,00	100,00	100,00
Assalariados do Setor Público	55,36	49,48	50,05
Assalariados do Setor Privado com CT	19,20	20,57	23,16
Assalariados do Setor Privado sem CT	2,67	4,40	4,08
Autônomos	8,43	7,70	7,20
Empregadores	7,10	9,92	9,14
Empregados Domésticos	2,50	2,49	2,25
Demais posições	4,74	5,44	4,11

Fonte: PED/DF - vários anos

Os segmentos que revelam maior crescimento em termos de participação na massa de rendimentos do trabalho são os assalariados do setor privado, com e sem carteira assinada, no primeiro caso, exclusivamente em função do forte aumento do contingente ocupado, visto que o rendimento médio do segmento caiu e, no segundo caso, em razão da elevação do rendimento.



Em suma, a evolução do rendimento médio real do trabalho no Distrito Federal está intimamente associada às características peculiares que marcam esse mercado, em particular, o alto percentual de assalariados no setor público e o elevado rendimento médio desse grupo em relação aos demais.

Quanto à evolução do rendimento médio real, observa-se uma tendência de estacionamento deste para os próximos anos, devido principalmente a expectativa de desaceleração do ritmo de expansão dos salários no setor público em virtude das restrições de natureza fiscal dos governos federal e distrital.

ANEXO

Relação de Tabelas

Tabela 1 - Estimativas da População em Idade Ativa, Economicamente Ativa, Inativos maiores de 10 anos e População Total - Distrito Federal – 1992-2011

Tabela 2- Estimativas de Ocupação, por Setor de Atividade Econômica - Distrito Federal - 1992 – 2011

Tabela 3 - Estimativas de Ocupação, por Ramo de Atividade – Distrito Federal – 1992 - 2011

Tabela 4 - Estimativas de Ocupação, por Posição na Ocupação – Distrito Federal – 1992-2011

Tabela 5 - Taxas de Desemprego, por Atributos Pessoais Distrito Federal - 1992-2011

Tabela 6 - Rendimento médio real anual dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal⁽¹⁾ - Distrito Federal - 1992-2011

Tabela 7 - Rendimento médio real anual, por Posição na Ocupação⁽¹⁾ - Distrito Federal- 1992-2011

Tabela 8 - Rendimento médio real anual, por Setores de Atividade Econômica⁽¹⁾ Distrito Federal - 1992-2011

Tabela 9 - Rendimento médio real anual dos Ocupados no trabalho principal⁽¹⁾, por Sexo Distrito Federal - 1992-2011

Tabela 10 - Rendimento médio real anual dos ocupados e dos assalariados no Trabalho principal⁽¹⁾, por Cor - Distrito Federal- 1992-2011

Tabela 11 - Rendimento Médio Real dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾ Distrito Federal - 1992-2011

Tabela 1 - Estimativas da População em Idade Ativa, Economicamente Ativa, Inativos maiores de 10 anos e População Total - Distrito Federal – 1992-2011

Em 1.000 pessoas

Período	População em idade ativa (PIA)	População economicamente ativa (PEA)			Inativos maiores de 10 anos	População total
		Total	Ocupados	Desempregados		
1992	1.217	726	615	111	491	1.549
1993	1.258	750	638	112	508	1.574
1994	1.299	777	665	112	522	1.614
1995	1.343	804	682	122	539	1.654
1996	1.387	844	701	143	543	1.704
1997	1.433	885	723	161	548	1.754
1998	1.481	914	736	178	566	1.806
1999	1.529	948	736	213	581	1.863
2000	1.580	991	786	205	589	1.923
2001	1.632	1.030	815	215	602	1.982
2002	1.685	1.084	858	226	601	2.048
2003	1.740	1.119	858	261	621	2.096
2004	1.797	1.155	907	248	642	2.158
2005	1.855	1.194	962	232	661	2.233
2006	1.904	1.241	1.003	238	663	2.289
2007	1.967	1.272	1.042	230	696	2.349
2008	2.045	1.335	1.108	227	710	2.428
2009	2.102	1.374	1.150	224	728	2.486
2010	2.166	1.406	1.210	195	761	2.542
2011	2.231	1.401	1.220	180	830	2.596

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Tabela 2- Estimativas de Ocupação, por Setor de Atividade Econômica Distrito Federal - 1992 - 2011

Em 1.000 pessoas

Anos	Total	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços ⁽¹⁾	Administração pública	Outros ⁽²⁾
1992	615	27	34	92	331	123	9
1993	638	23	39	95	347	128	5
1994	665	24	40	101	359	136	6
1995	682	27	33	99	377	141	5
1996	701	34	32	104	384	141	6
1997	723	35	35	110	400	138	6
1998	736	30	34	110	419	135	8
1999	736	30	30	107	420	142	7
2000	786	30	34	116	446	154	6
2001	815	29	32	123	468	155	8
2002	858	32	33	131	494	157	10
2003	858	31	31	134	493	160	8
2004	907	34	31	139	523	170	9
2005	962	38	35	152	550	179	9
2006	1.003	38	42	149	583	177	14
2007	1.042	39	46	158	611	173	11
2008	1.108	45	49	179	644	178	13
2009	1.150	46	59	180	664	190	12
2010	1.210	47	66	192	694	197	14
2011	1.220	47	68	199	703	193	10

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Inclui os serviços públicos e privados inclusive os serviços domésticos.

(2) Inclui: agricultura, pecuária e extração vegetal e mineral; embaixadas, consulados e representações políticas e outras atividades não classificadas.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Tabela 3 - Estimativas de Ocupação, por Ramo de Atividade - Distrito Federal - 1992-2011

Em 1.000 pessoas

Anos	Serviços											
	Total ⁽¹⁾	Ofici na mecânica	Repara ção, limpeza e vigilância	Transpo rte e armaze nagem	Especia lizado	Credit ício	Alimen tação	Educa ção	Saúde	Auxili ares	Serviço domés tico	Outros ⁽²⁾
1992	331	12	35	23	18	19	26	41	26	9	73	50
1993	347	12	40	23	20	22	29	39	27	9	76	51
1994	359	13	35	23	21	25	30	44	27	9	78	54
1995	377	13	38	23	22	21	35	45	30	12	81	57
1996	384	12	38	24	25	19	32	48	31	13	82	59
1997	400	13	37	25	27	17	32	51	32	13	86	65
1998	419	15	35	25	29	19	38	54	33	14	88	69
1999	420	13	34	24	30	20	36	53	35	14	87	75
2000	446	15	31	26	30	19	39	58	39	19	88	81
2001	468	15	37	27	34	21	40	65	39	22	81	85
2002	494	17	38	30	37	24	45	61	40	24	90	90
2003	493	16	36	27	37	27	43	62	39	29	87	90
2004	523	19	35	28	36	25	48	64	42	35	94	97
2005	550	19	40	27	35	26	54	67	43	41	93	104
2006	583	17	43	30	39	26	56	67	47	42	102	113
2007	611	21	37	31	41	27	61	68	50	52	105	118
2008	644	21	41	31	46	30	58	74	56	62	101	126
2009	664	21	40	34	48	28	65	76	57	64	99	130
2010	694	20	40	34	51	29	70	80	62	75	96	137
2011	703	23	53	35	52	29	70	75	62	66	89	148

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Exclui a administração pública.

(2) Inclui: serviços de comunicação; diversões, radiodifusão e teledifusão; serviços comunitários; comércio e adm. de valores imobiliários e de imóveis; serviços de utilidade pública; serviços pessoais; e outros serviços.

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Tabela 4 - Estimativas de Ocupação, por Posição na Ocupação – Distrito Federal - 1992-2011

Em 1.000 pessoas

Anos	Total	Assalariados					Autônomos			Empregadores	Empregado doméstico	Demais Posições (2)
		Total (1)	Setor privado			Setor público	Total	Trabalham p/ o Público	Trabalham p/ Empresa			
			Total	Com carteira de trabalho	Sem carteira de trabalho							
1992	615	406	211	165	46	194	88	67	21	21	73	27
1993	638	423	223	175	48	200	87	67	20	23	76	29
1994	665	438	227	177	50	211	96	77	19	25	78	27
1995	682	446	229	178	51	217	100	81	18	29	81	26
1996	701	450	236	183	53	214	110	86	23	31	82	28
1997	723	470	258	199	59	212	107	82	24	33	86	28
1998	736	482	271	208	63	211	101	78	22	35	88	30
1999	736	486	275	214	61	211	99	78	20	36	87	27
2000	786	530	306	235	71	224	109	87	22	36	88	23
2001	815	561	333	258	75	228	106	82	23	37	81	30
2002	858	574	351	272	79	223	123	90	33	38	90	32
2003	858	579	355	282	73	224	124	90	34	38	87	30
2004	907	613	380	303	78	233	134	97	37	37	94	29
2005	962	655	420	338	82	235	143	108	35	44	93	27
2006	1.003	677	441	352	89	235	156	118	39	40	102	27
2007	1.042	695	457	364	94	237	167	129	37	44	105	30
2008	1.108	755	506	409	97	249	173	136	36	47	101	34
2009	1.150	794	537	440	97	257	174	138	36	47	99	36
2010	1.210	857	590	487	103	267	170	138	32	51	96	36
2011	1.220	883	612	515	96	271	155	125	30	58	89	36

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Estão incluídos os assalariados que não souberam responder o setor em que trabalham (privado ou público)

(2) Incluídos os trabalhadores autônomos universitários, os trabalhadores familiares não remunerados, os donos de negócio familiar e os que trabalham em organismos internacionais (Consulados, Embaixadas, Representações Oficiais e Políticas).

Obs.: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Tabela 5 - Taxas de Desemprego, por Atributos Pessoais Distrito Federal - 1992-2011

(em %)

Taxas de Desemprego														
Período	Total	Sexo		Faixa etária				Posição no domicílio		Cor		Por Grupo de Região Administrativa ⁽¹⁾		
		Homens	Mulheres	10-17	18-24	25-39	40 e mais	Chefe	Demais membros	Negra	Não negra	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
1992	15,3	13,6	17,4	36,0	23,5	11,7	7,0	7,8	20,7	18,0	13,4	7,6	14,6	20,5
1993	14,9	12,9	17,4	38,5	23,6	11,4	5,8	6,7	20,8	17,2	13,4	7,2	14,3	19,7
1994	14,5	12,6	16,7	37,4	23,8	10,8	5,6	6,9	19,9	16,9	12,9	5,7	13,8	19,5
1995	15,2	14,1	16,5	40,6	24,4	11,3	6,6	7,9	20,3	17,6	13,3	6,0	14,2	20,5
1996	17,0	15,2	19,0	44,8	26,4	13,1	7,5	8,8	22,6	19,0	14,9	7,6	16,1	22,1
1997	18,2	15,7	21,0	47,9	28,3	13,9	8,9	9,0	24,5	19,7	16,4	8,6	17,3	23,3
1998	19,5	17,4	21,9	51,9	30,2	15,3	9,3	10,3	26,0	20,6	17,5	8,3	18,4	25,2
1999	22,4	19,6	25,5	55,1	35,0	17,9	11,7	12,3	29,7	24,1	19,9	9,5	20,5	29,3
2000	20,6	18,1	23,4	54,8	32,3	16,8	10,2	11,8	27,0	23,0	17,0	9,0	18,1	27,5
2001	20,9	17,7	24,3	56,1	33,9	16,6	10,5	11,2	27,8	23,0	17,4	10,2	18,2	27,3
2002	20,9	18,2	23,7	58,4	33,7	16,4	10,6	11,1	27,8	22,9	17,3	10,1	18,6	26,6
2003	23,4	20,5	26,3	66,9	37,9	18,4	11,6	12,6	30,9	25,4	19,1	10,7	20,5	30,1
2004	21,5	18,4	24,6	65,9	35,2	16,9	10,2	10,5	29,2	23,0	18,2	10,4	18,8	27,3
2005	19,4	16,3	22,6	63,6	33,2	15,8	8,4	9,5	26,4	20,5	17,3	9,7	17,2	24,2
2006	19,1	16,3	22,1	64,7	32,4	15,4	8,5	9,2	26,0	20,3	17,0	10,3	17,6	22,8
2007	18,1	15,2	21,1	62,6	31,8	14,7	8,1	8,5	24,9	19,6	15,4	9,0	16,7	21,6
2008	17,0	13,9	20,1	65,8	30,1	14,0	7,0	7,4	23,6	18,3	14,9	9,4	15,0	20,5
2009	16,3	13,4	19,3	65,5	29,5	13,3	6,4	6,7	23,0	17,3	14,3	8,9	14,9	19,1
2010	13,9	11,0	16,9	65,0	25,0	11,3	4,9	5,4	19,9	14,7	12,1	7,7	11,9	16,8
2011	12,9	10,2	15,7	61,8	23,4	10,4	5,6	5,2	18,5	13,5	11,5	7,2	10,4	16,0

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Por Grupos de Região Administrativa: Grupo 1: Grupo de Regiões Administrativas de renda mais alta (Brasília, Lago Sul e Lago Norte); e Grupo 2: Grupo de Regiões Administrativas de renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo); e Grupo 3: Grupo de Regiões Administrativas de renda mais baixa (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas).

Obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Tabela 6 - Rendimento médio real anual dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal⁽¹⁾ - Distrito Federal - 1992-2011

Período	Rendimento Médio Real			
	Ocupados		Assalariados	
	Média	Mediana	Média	Mediana
1992	1.929	973	2.274	1.267
1993	2.088	1.019	2.511	1.364
1994	2.096	985	2.456	1.313
1995	2.037	1.020	2.362	1.398
1996	2.213	1.127	2.522	1.480
1997	2.133	1.128	2.424	1.445
1998	2.057	1.082	2.304	1.359
1999	2.122	1.080	2.377	1.348
2000	1.983	1.014	2.186	1.250
2001	2.005	1.010	2.216	1.218
2002	1.950	945	2.193	1.176
2003	1.706	823	1.922	1.058
2004	1.656	823	1.911	1.048
2005	1.695	813	1.947	1.052
2006	1.738	775	2.006	1.004
2007	1.821	825	2.129	999
2008	1.959	882	2.247	1.043
2009	2.064	903	2.369	1.078
2010	2.039	930	2.270	1.056
2011	2.041	970	2.206	1.027

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Valores em reais a preços de agosto de 2011, atualizados até maio de 2001 pelo IPCR-SDE/GDF e a partir de junho de 2001, atualizados pelo INPC/DF-IBGE.

Obs.: Excluídas as pessoas que tiveram rendimento zero, os trabalhadores familiares e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Tabela 7 - Rendimento médio real anual, por Posição na Ocupação ⁽¹⁾ Distrito Federal-1992-2011

Período	Total ⁽²⁾	Assalariados					Setor público	Autônomos	Empregadores	Empregado doméstico
		Total	Setor privado							
			Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada					
1992	1.929	2.274	1.239	1.384	692	3.394	1.139	4.020	408	
1993	2.088	2.511	1.308	1.457	745	3.837	1.184	4.316	393	
1994	2.096	2.456	1.263	1.409	714	3.739	1.294	5.456	343	
1995	2.037	2.362	1.257	1.389	783	3.584	1.413	5.354	382	
1996	2.213	2.522	1.342	1.462	868	3.784	1.350	5.738	436	
1997	2.133	2.424	1.344	1.475	831	3.691	1.339	5.373	447	
1998	2.057	2.304	1.289	1.397	865	3.569	1.193	5.133	459	
1999	2.122	2.377	1.298	1.389	936	3.768	1.173	5.461	464	
2000	1.983	2.186	1.225	1.312	893	3.472	1.130	5.557	458	
2001	2.005	2.216	1.215	1.281	942	3.670	1.144	4.472	474	
2002	1.950	2.193	1.222	1.291	943	3.737	1.108	4.153	471	
2003	1.706	1.922	1.059	1.093	903	3.310	931	3.912	429	
2004	1.656	1.911	1.019	1.067	805	3.412	871	3.467	422	
2005	1.695	1.947	1.054	1.100	838	3.624	837	3.605	450	
2006	1.738	2.006	1.053	1.111	794	3.884	883	4.145	472	
2007	1.821	2.129	1.101	1.149	899	4.313	950	3.934	510	
2008	1.959	2.247	1.142	1.190	908	4.685	998	4.210	531	
2009	2.064	2.369	1.184	1.230	945	5.037	1.010	4.275	573	
2010	2.039	2.270	1.181	1.192	1.122	5.000	1.085	4.401	616	
2011	2.041	2.206	1.182	1.191	1.125	4.891	1.231	4.175	670	

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Valores em reais a preços de agosto de 2011, atualizados até maio de 2001 pelo IPCR-SDE/GDF e a partir de junho de 2001, atualizados pelo INPC/DF-IBGE.

(2) Incluídos os trabalhadores autônomos universitários, os trabalhadores familiares não remunerados, os donos de negócio familiar e os que trabalham em organismos internacionais (Consulados, Embaixadas, Representações Oficiais e Políticas).

Obs.: Excluídas as pessoas que tiveram rendimento zero, os trabalhadores familiares e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Tabela 8 - Rendimento médio real anual, por Setores de Atividade Econômica⁽¹⁾ Distrito Federal - 1992-2011

Período	Total	Comércio	Serviços	Administração pública	Outros ⁽²⁾
1992	1.929	1.366	1.627	3.419	1.460
1993	2.088	1.354	1.631	3.364	1.472
1994	2.096	1.365	1.616	3.351	1.457
1995	2.037	1.377	1.600	3.341	1.462
1996	2.213	1.406	1.608	3.354	1.476
1997	2.133	1.433	1.630	3.455	1.466
1998	2.057	1.449	1.653	3.526	1.461
1999	2.122	1.443	1.654	3.591	1.468
2000	1.983	1.436	1.662	3.634	1.492
2001	2.005	1.471	1.698	3.739	1.513
2002	1.950	1.484	1.696	3.794	1.521
2003	1.706	1.471	1.692	3.859	1.515
2004	1.656	1.513	1.683	3.911	1.513
2005	1.695	1.503	1.710	3.999	1.510
2006	1.738	1.501	1.716	3.973	1.500
2007	1.821	1.532	1.708	3.932	1.485
2008	1.959	1.561	1.731	3.875	1.495
2009	2.064	1.593	1.749	4.043	1.562
2010	2.039	1.583	1.771	4.022	1.584
2011	2.041	1.597	1.782	4.045	1.559

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Valores em reais a preços de agosto de 2011, atualizados até maio de 2001 pelo IPCR-SDE/GDF e a partir de junho de 2001, atualizados pelo INPC/DF-IBGE.

(2) Inclui: Indústria, Construção Civil, Agricultura, Pecuária e Extração Vegetal e Mineral, Embaixadas, Consulados e Representações Oficiais e Políticas e Outras atividades não classificadas.

Obs.: Exclui as pessoas que tiveram rendimento zero, os trabalhadores familiares e o empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

**Tabela 9 - Rendimento médio real anual dos Ocupados no trabalho principal⁽¹⁾, por Sexo
Distrito Federal - 1992-2011**

Período	Rendimento dos Ocupados			Relação rendimento masc./fem. (%)
	Geral	Masculino	Feminino	
1992	1.929	2.249	1.519	148,0
1993	2.088	2.453	1.653	148,4
1994	2.096	2.477	1.650	150,1
1995	2.037	2.457	1.578	155,7
1996	2.213	2.639	1.731	152,5
1997	2.133	2.526	1.689	149,5
1998	2.057	2.416	1.653	146,1
1999	2.122	2.509	1.696	147,9
2000	1.983	2.350	1.582	148,6
2001	2.005	2.364	1.613	146,5
2002	1.950	2.292	1.577	145,3
2003	1.706	2.014	1.376	146,4
2004	1.656	1.927	1.365	141,2
2005	1.695	1.960	1.414	138,6
2006	1.738	2.054	1.401	146,5
2007	1.821	2.142	1.487	144,0
2008	1.959	2.280	1.617	141,0
2009	2.064	2.385	1.720	138,7
2010	2.039	2.349	1.709	137,5
2011	2.041	2.349	1.710	137,4

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Valores em reais a preços de agosto de 2011, atualizados até maio de 2001 pelo IPCR-SDE/GDF e a partir de junho de 2001, atualizados pelo INPC/DF-IBGE.

Obs.: Excluídas as pessoas que tiveram rendimento zero, os trabalhadores familiares e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Tabela 10 - Rendimento médio real anual dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal⁽¹⁾, por Cor - Distrito Federal- 1992-2011

Período	Rendimento Médio Real							
	Negra				Não Negra			
	Ocupados		Assalariados		Ocupados		Assalariados	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
1992	1.404	768	1.696	1.010	2.276	1.182	2.624	1.475
1993	1.513	781	1.900	1.104	2.459	1.244	2.868	1.603
1994	1.480	743	1.774	1.034	2.474	1.196	2.826	1.554
1995	1.558	829	1.882	1.137	2.429	1.284	2.711	1.632
1996	1.712	889	2.002	1.218	2.708	1.437	2.996	1.842
1997	1.769	929	2.070	1.216	2.554	1.447	2.805	1.744
1998	1.749	904	1.997	1.165	2.607	1.430	2.805	1.744
1999	1.762	884	2.055	1.195	2.656	1.360	2.822	1.671
2000	1.659	835	1.841	1.049	2.465	1.276	2.663	1.597
2001	1.670	864	1.891	1.082	2.502	1.302	2.666	1.522
2002	1.620	819	1.847	1.035	2.485	1.382	2.695	1.572
2003	1.431	726	1.644	906	2.260	1.260	2.437	1.507
2004	1.438	716	1.696	907	2.107	1.101	2.311	1.324
2005	1.429	696	1.680	884	2.205	1.161	2.411	1.315
2006	1.474	735	1.727	875	2.235	1.028	2.492	1.272
2007	1.500	730	1.791	879	2.387	1.148	2.672	1.379
2008	1.606	743	1.892	904	2.465	1.161	2.710	1.357
2009	1.701	794	1.994	909	2.743	1.306	3.008	1.531
2010	1.713	854	1.930	930	2.749	1.246	2.967	1.403
2011	1.737	875	1.894	945	2.697	1.241	2.848	1.343

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Valores em reais a preços de agosto de 2011, atualizados até maio de 2001 pelo IPCR-SDE/GDF e a partir de junho de 2001, atualizados pelo INPC/DF-IBGE.

Obs.: Excluídas as pessoas que tiveram rendimento zero, os trabalhadores familiares e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

**Tabela 11 - Rendimento Médio Real dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Distrito Federal 1992-2011**

Períodos	Rendimento Médio Real											
	Ocupados ⁽²⁾						Assalariados ⁽³⁾					
	10% Mais Pobres	25% Mais Pobres	Entre 25 e 50% Mais Pobres	Entre 50 e 25% Mais Ricos	25% Mais Ricos	10% Mais Ricos	10% Mais Pobres	25% Mais Pobres	Entre 25 e 50% Mais Pobres	Entre 50 e 25% Mais Ricos	25% Mais Ricos	10% Mais Ricos
1992	126	265	679	1.420	5.205	8.409	237	407	913	1.763	5.832	9.050
1993	143	277	687	1.529	5.712	9.150	263	416	967	1.959	6.515	10.082
1994	131	249	645	1.488	5.818	9.279	226	384	924	1.910	6.399	9.706
1995	157	267	692	1.572	5.437	8.378	232	405	965	1.995	5.870	8.635
1996	153	299	756	1.749	5.841	9.043	249	435	1.024	2.193	6.196	9.204
1997	160	312	755	1.705	5.577	8.591	262	445	1.000	2.090	5.951	8.899
1998	184	328	735	1.609	5.421	8.408	281	445	946	1.958	5.710	8.557
1999	183	330	736	1.628	5.660	8.992	294	460	956	1.987	5.960	9.116
2000	196	330	698	1.503	5.276	8.405	276	432	867	1.816	5.492	8.432
2001	206	351	731	1.535	5.273	8.348	297	452	885	1.819	5.548	8.571
2002	200	344	703	1.480	5.154	8.099	306	448	856	1.775	5.547	8.557
2003	193	314	613	1.290	4.520	7.077	293	407	753	1.582	4.842	7.386
2004	182	309	605	1.244	4.373	6.843	295	410	741	1.560	4.818	7.384
2005	187	319	617	1.250	4.500	7.105	303	418	743	1.558	4.948	7.645
2006	170	327	614	1.197	4.707	7.482	316	429	729	1.524	5.202	7.997
2007	185	351	633	1.234	4.966	7.832	336	450	751	1.608	5.561	8.433
2008	203	369	667	1.322	5.360	8.384	343	459	771	1.649	5.946	8.981
2009	213	395	700	1.377	5.664	8.935	359	476	794	1.693	6.343	9.636
2010	241	426	731	1.366	5.502	8.773	387	502	800	1.573	6.027	9.282
2011	306	461	759	1.384	5.474	8.699	416	519	807	1.521	5.858	9.002

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Inflator atualizado até junho de 2001 pelo IPCR-SDE/GDF, e a partir de junho de 2001 atualizado pelo INPC/DF-IBGE; valores em reais de agosto de 2011.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Carlos Lupi – Ministro

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz – Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

Glauco Rojas Ivo- Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Edson Ronaldo Nascimento – Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Ivelise Longhi - Presidente

DIRETORIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES

Júlio Miragaya – Diretor

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE/SP

Felícia Madeira – Diretora-Executiva

Atsuko Haga – Coordenadora

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE

Zenaide Honório – Presidente

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Lúcia Garcia – Coordenadora do Sistema PED

Clóvis Scherer – Supervisor do Escritório Regional – DF

Equipe do Boletim:

Daniel Bruno Biagioni – Sociólogo – Analista do DIEESE

Fernanda Chuerubim - Estatística - DIEESE

Iraci M. D. Moreira Peixoto – Economista – Gerente de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Júlio Miragaya – Economista - Diretor de Gestão de Informações

Juscânio Umbelino de Souza - Economista da Codeplan - Presidente do Conselho Regional de Economia- CORECON/DF

Ana Lúcia Barreto Soares - Codeplan

Mauro Moncaio – Codeplan - Capa

Revisão e copydesk

Ana Carolina Abreu - Codeplan

Valda Queiroz - Codeplan